

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	9
NOTA PRÉVIA	11
JUSTIFICAÇÃO	13
O AUTOR	15
SUMÁRIO	17
1. Preâmbulo	21
2. Introdução	23
3. Legislação aplicável	28

PARTE I – INADEQUAÇÃO DO VÍNCULO QUE TITULA A PRESTAÇÃO DE UMA ATIVIDADE EM CONDIÇÕES CARACTERÍSTICAS DE CONTRATO DE TRABALHO

4. Suspensão da tramitação processual	33
5. Evolução legislativa	35
6. Inadequação do vínculo que titula a prestação de uma atividade em condições características de contrato de trabalho	38
7. Procedimento por inadequação do vínculo	39
8. Inadequação do vínculo a termo resolutivo	48
9. Inadequação do vínculo no âmbito do trabalho temporário	56
10. Aspetos comuns na tramitação do procedimento	65
11. Despedimento do trabalhador após a notificação do auto do artigo 15.º-A	70
12. Auto de notícia e processo de contraordenação	71
14. Registos dos procedimentos (no SI)	72
15. Notificação do auto do artigo 15.º-A	72

16. Inadequação do vínculo que titula a prestação de uma atividade em condições características de contrato de trabalho (artigo 12.º do Código do Trabalho)	73
17. Inadequação do vínculo que titula a prestação de uma atividade em condições características de contrato de trabalho nas plataformas digitais	73
18. Inadequação do vínculo a termo resolutivo	74
19. Inadequação do vínculo no âmbito do trabalho temporário	76
20. Participação ao Ministério Público	78
21. Inadequação do vínculo que titula a prestação de uma atividade em condições características de contrato de trabalho (artigo 12.º do Código do Trabalho)	78
22. Inadequação do vínculo que titula a prestação de uma atividade em condições características de contrato de trabalho nas plataformas digitais	79
23. Inadequação do vínculo a termo resolutivo	81
24. Inadequação do vínculo no âmbito do trabalho temporário	84

PARTE II – PRESUNÇÃO DA EXISTÊNCIA DE CONTRATO DE TRABALHO

25. Inadequação do vínculo que titula a prestação de uma atividade em condições características de contrato de trabalho (artigo 12.º do Código do Trabalho)	89
26. Participação ao Ministério Público	92

PARTE III – PRESUNÇÃO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS

27. Inadequação do vínculo que titula a prestação de uma atividade em condições características de contrato de trabalho nas plataformas digitais	97
28. Presunção de contrato de trabalho no âmbito de plataforma digital	97
29. As plataformas digitais e o artigo 12.º-A do Código do Trabalho, na versão atualizada	101
30. A agenda do trabalho digno	102
31. Participação ao Ministério Público	105

PARTE IV – REGIME SANCIONATÓRIO E CUSTAS

32. O processo de contraordenação laboral e as novas regras	111
33. Auto de notícia e participação contraordenacional	111
34. Auto de notícia e auto de advertência	118
35. Aditamento ao auto de notícia	125
36. Participação contraordenacional	126
37. Regras gerais. Instrução	127
38. Contagem dos prazos	135
39. Notificações	135
40. Recusa de notificação	138
41. Devolução da notificação pelos CTT	138
42. Na pendência do processo	139
43. Notificação de entidade estrangeira	141
44. Modalidades de pagamento	141
45. Processo especial	142
46. Procedimento comum e notificação	144
47. Suspensão	148
48. Arquivamento	150
49. Natureza do processo	151
50. Competência	152
51. Sujeitos	153
52. Vários sujeitos	156
53. Comparticipação	156
54. Responsabilidade solidária pelo cometimento da infração	157
55. Constituição de assistente	159
56. Cumprimento da obrigação devida	160
57. Cumprimento e pagamento	160
58. Pagamento voluntário	161
59. Efeitos do pagamento	164
60. Cumprimento sem pagamento ou incumprimento da obrigação devida	165
61. Apresentação de resposta escrita	166
62. Pedido de pagamento em prestações	170
63. Prova	172
64. Prova testemunhal	173
65. Deveres das testemunhas	175
66. Regras de inquirição de testemunhas	175

67. Adiamento da inquirição	177
68. Ausência de pagamento e de defesa	179
69. Pluralidade de infrações	182
70. Proposta de decisão	183
71. Valoração das provas obtidas	187
72. Apuramento de quantias em dívida aos trabalhadores	187
73. Determinação da medida da coima	188
74. Erro sobre a ilicitude, quando o erro é censurável.	194
75. Cúmulo material	198
76. Admoestação	198
77. Sanção acessória da publicidade	200
78. Dispensa	219
79. Aplicação	221
80. Publicitação	221
81. Decisão	222
82. Dolo e Negligência	224
83. Notificação do mandatário	250
84. Pagamento da coima e custas	250
85. Impugnação judicial	253
86. Efeitos da impugnação judicial	255
87. Efeito devolutivo	255
88. Alegações da ACT	256
89. Execução	256
90. Prescrição	258
91. Prescrição do procedimento	259
92. Prescrição da coima	261
93. Prescrição das sanções acessórias	262
94. Segredo de justiça e consulta do processo	262
95. Reincidência	263
96. Valor da Unidade de Conta (UC)	264
97. Volume de negócios	265
98. Molduras das coimas	265
99. Diferimento e suspensão de prazos	267
100. Tribunal de trabalho competente	267

PARTE V – LEGISLAÇÃO	269
101. Regime processual aplicável às contraordenações laborais e de segurança social	271
102. Código do Trabalho (extrato). Última alteração: Lei n.º 13/2023, de 3 de abril	296
103. Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica	308
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	331